

Sarney começa a articular bloco de apoio ao governo

Christiane Samarco

As lideranças partidárias ligadas ao governo já estão se movimentando para o day after da Constituinte em que, reconhecida a vitória das esquerdas, a saída é organizar a base parlamentar do presidente José Sarney. De acordo com um assessor do Palácio do Planalto, a arrancada foi dada pelo próprio presidente Sarney, de quem partiu a ideia de se criar o "bloco democrático da transição". Os líderes receberam o sinal verde para iniciar o trabalho de arremimentação na reunião de segunda-feira, no Palácio da Alvorada.

— Só dois presidentes governaram sem maioria: o Getúlio, que se suicidou, e o Jânio, que renunciou. Preciso ter minha base parlamentar — disse o presidente Sarney aos líderes do governo, segundo o assessor do Planalto.

O propósito inicial do bloco, que deverá surgir depois das eleições de 15 de novembro deste ano, é trabalhar a legislação complementar e ordinária, atenuando a vitória das esquerdas na Constituinte. Mas de acordo com o próprio presidente, o "bloco democrático da transição" poderá ser a base de um futuro partido ou de um esquema para o lançamento de um candidato à Presidência da República.

O deputado Expedito Machado (PMDB-CE) argumenta que a ideia é aproveitar a brecha da nova Constituição, que, em seu artigo 60, permite a existência de blocos parlamentares e lhes garante representação tanto na Mesa diretora dos trabalhos quanto nas comissões.

Presidente cumprirá Carta

SÃO PAULO — O presidente José Sarney, já conformado com as decisões da Constituinte, amadureceu sua opinião sobre as alterações propostas no novo texto legal e ontem, sem meias-palavras, prometeu: "uma vez terminada a Constituinte, eu serei o primeiro a cumpri-la, para que tenha êxito e possa servir ao estado e ao povo brasileiro".

Sarney foi a São Paulo visitar as obras do Memorial da América Latina — uma obra prioritária para o governador Orestes Quercia, com custo estimado em R\$ 1 bilhão. O presidente da República que já acusou os constituintes de construírem um "país ingovernável" com a nova Carta, não pensa mais assim. No Aeroporto de Congonhas, logo após desembarcar do helicóptero que o trouxe de Santos, onde assistiu ao embarque de uma partida de suco de laranja, previu, com a entrada em vigor da nova Constituição, o "fim do processo de transição

sões. "Depois da eleição de novembro, a realidade partidária será outra, o que nos obrigará a uma nova organização", revela o deputado, ao confirmar que ele próprio está articulando um bloco parlamentar de centro, que eventualmente poderá dar seu apoio ao governo. "Já estou redigindo um manifesto para começar a coleta de assinaturas", diz.

O próprio presidente Sarney preocupou-se em não dar uma característica muito governista ao bloco, até para facilitar a arremimentação de apoio no Congresso. Também não se quer repetir o Centrão, que não conseguiu a unidade pretendida. "Nós achamos que a formação de blocos é uma coisa inevitável, que fatalmente irá acontecer, e cuidamos para que o nosso não surja ao acaso, mas de forma mais metódica e organizada", explica o líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PB), um dos participantes da reunião de segunda-feira no Alvorada. Segundo ele, o interesse do governo pelo Congresso após a Constituinte é maior na medida em que os parlamentares deixaram de lidar com as matérias doutrinárias e voltadas para o futuro, passando a examinar o factual e o presente.

— O sistema presidencialista acaba criando duas coalizões: a que é contra e a que é a favor do governo — argumenta Gadelha. Ao admitir a intenção do governo de criar um bloco partidário que lhe dê suporte, Gadelha arrisca o palpite de que outros blocos deverão surgir, fatalmente de oposição. "O multipartidarismo no sistema presidencialista de governo é, na prática, um ornamento de fachada", sentença.

democrática" e o surgimento da "moderna democracia do Brasil".

"A Constituinte constatou Sarney, "está terminando com o país em paz. Não tivemos nenhum problema de ruptura durante este período". Confiante, prometeu entregar o país a seu sucessor, em janeiro de 1990, com o déficit zerado. Satisfeito, disse que a economia vem reagindo, com os indicadores registrando uma "reversão das expectativas. Nós temos motivos de grandes esperanças".

Numa espécie de mea culpa, Sarney reconheceu que fez "algumas críticas e muitas ponderações sobre alguns pontos que estavam sendo discutidos pela Constituinte". Acredita, porém, em um final feliz para "este longo e difícil processo que nós atravessamos", tão logo a nova constituição seja promulgada e comece a vigorar. "Como eu disse, farei tudo para que ela tenha êxito", completou.



Brasília — fotos de João Varella



Como colegas irrequietos, no último dia de aula antes das férias, os constituintes passaram as sessões da manhã e da tarde de ontem brincando no plenário, nos intervalos das votações. Não se sabe quem foi o primeiro a lançar uma gavota de papel, mas

logo começou a disputa. O deputado Antônio Gaspar (PMDB-MA) esmerou-se preparando a sua, feliz como um menino, e vibrou quando ela planou por todo o plenário. O troco veio em seguida. Mendes Botelho (PTB-SP) caprichou: dobrou cuidadosamen-

te a folha de papel uma, duas, três vezes, até lhe dar a forma perfeita para a melhor performance aerodinâmica. Como um lançador de dardo, deu todo o impulso à gavota, que rodou por todo o plenário até aterrissar em frente à Mesa da Constituinte

Brasília — fotos de Wilson Pedrosa

Depois do esforço, férias

Passarinho sonha com uma 'dacha'

Tadeu Afonso e Teresa Cardoso

BRASÍLIA — Depois de ter votado a favor do direito irrestrito de greve, o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) diz que tem direito a requisitar uma dacha no Mar Negro para descansar. Os deputados Leur Lomanto (PFL-BA), Francisco Diógenes (PDS-AC), José Camargo (PFL-SP) e Ruberval Piloto (PDS-SC) decolam para Londres, Roma e Paris, rumo aos cassinos. Já a deputada Tutu Quadros (PDS-SP) pega a filha, um biquíni e se esconde numa praia deserta, com a Constituição debaixo do braço.

São esses alguns dos planos de descanso dos constituintes para o dia seguinte ao da promulgação da nova Constituição, depois de um ano e sete meses de trabalho. Um clima colegial de véspera de férias já era evidente na sessão noturna de quarta-feira, quando aviões, ônibus e bolas de papel voavam para todos os lados do plenário da Constituinte. Os parlamentares só faltavam carregar no colo os colegas que retiravam seus destaques de votação.

Carregadores — Mas, se há os que vão descansar, existem também os carregadores de piano que vão continuar trabalhando. O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), e seus adjuntos, deputados Konder Reis (PDS-SC) e Adolfo de Oliveira (PL-RJ) e senador José Fogaça (PMDB-RS), além de líderes partidários como Nelson Jobim, José Lourenço, Artur da Távola, Roberto Freire, Ricardo Fiuzza, Jarbas Passarinho e José Genofino, iniciam uma maratona neste fim de semana para montar o projeto definitivo de Constituição e dar-lhe, junto como filólogo Celso Cunha, a redação final. Segundo Konder Reis, este trabalho deverá estar pronto até o dia 8.

Na verdade, depois de promulgada a Constituição, os parlamentares estarão divididos entre os que vão descansar, os que mergulham na campanha municipal e os que vão escrever sobre o que viram nesse tempo todo ou, simplesmente, ler. E há também os que já pensam nas centenas de leis complementares e ordinárias que agora se tornarão necessárias.

Voz de Ulysses — "Depois que tudo isso acabar, eu vou dormir e fugir para uma praia com minha mulher", diz Nelson Jobim. "Só depois disso é que eu vou pensar na campanha eleitoral." Se

também vai descansar na praia, Tutu Quadros leva debaixo do braço a nova Constituição: "Vou lê-la com atenção e ver onde posso compensar minhas frustrações apresentando projetos de leis complementares." Já o bando de deputados que segue para a Europa só quer descansar e esquecer a voz de Ulysses Guimarães pelos microfones: "Códigos, códigos, vamos votar."

Depois de cobrar das esquerdas uma temporada no Mar Negro, local de veraneio da burocracia que governa a União Soviética Passarinho, por causa do voto a favor do direito irrestrito de greve, o senador Jarbas Passarinho fala sério: "Olha, vou trabalhar na Comissão de Redação, mas tenho um convite para descansar no Pantanal e, em outubro, devo ir à Alemanha Ocidental a convite da Fundação Konrad Adenauer."

Volta aos livros — Vitorioso no voto aos 16 anos e derrotado no parlamentarismo, o senador Afonso Arinos (PSDB-RJ) mandou pintar a biblioteca de sua casa da Rua Dona Mariana, no Rio. Pretende se trancar lá dentro e se dar a um prazer esquecido neste meses todos: escolher um livro ao acaso e lê-lo. Já o senador Roberto Campos (PDS-MT) cogita de escrever um livro de memórias sobre o que chama do apocalipse moderno: o Plano Cruzado, a moratória e a Constituinte.

Depois de terminar seu trabalho na Comissão de Redação, o deputado Adolfo de Oliveira pretende passar uma semana escondido em Petrópolis. Adolfo tem planos de ir à Europa no final do ano, para compensar os fins de semana sucessivos que passou em Brasília, estudando o projeto de Constituição.

Campanha — "Olha", diz o deputado Alceci Guerra (PFL-PR), bem que eu gostaria de descansar. Mas sou o presidente do partido no Paraná e tenho 60 amigos candidatos e mais de 200 municípios para percorrer." Outro que sai da Constituinte e mergulha em campanha é o deputado Oscar Correia (PFL-MG), presidente do partido em seu estado.

Candidato à Presidência da República, o deputado Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP) vai percorrer todo o país. Será o primeiro passo para a campanha de 1989 e Lula já pensa até em entregar seu apartamento em Brasília. No ano que vem, ele só deverá passar um ou dois dias por semana no Planalto Central. Já o senador Mário Covas (PSDB-SP) segue seus passos: vai implantar o partido nos estados e tentar eleger o deputado José Serra prefeito de São Paulo.



O balanço da Carta

Senador Marco Maciel (PFL-PE): "O grande avanço foi a vitória do presidencialismo que votamos. Sempre disse que o Executivo aqui era muito forte e os demais poderes, muito fracos. Agora, temos um Executivo operante e um Legislativo e um Judiciário fortalecidos. A derrota foi a aprovação do sistema partidário, tal como está na nova Constituição. Confundimos liberdade de organização e funcionamento com liberdade de criação. O que aconteceu foi a atomização partidária."

Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ): "A derrota do parlamentarismo foi a nossa maior perda. Outra coisa triste foi o fechamento do Brasil no título da Ordem Econômica, contrariando o que está acontecendo em todo o mundo. Não conseguimos af dar um passo para a modernidade. Mas houve avanços, como o equilíbrio na questão da reforma agrária, na educação e na comunicação. Pessoalmente, tive duas vitórias: a garantia do direito à vida da criança, o que impede a liberalização do aborto. A outra foi o direito da sociedade e da família que terão meios legais para reagir às agressões aos seus valores morais. Quem pensa que a censura acabou está enganado. Com o mandato de injunção, eu e outras pessoas poderemos tirar do ar essas novelas imundas e pornográficas que nos agredem diariamente."

Deputada Benedita da Silva (PT-RJ): "Tivemos vitórias importantes na questão dos direitos dos trabalhadores, das mulheres e dos negros. Perdemos nas questões da reforma agrária e do usucapião urbano. Uma coisa lamentável foi o fato da Assembleia Nacional Constituinte ter derrubado minha emenda que determinava o corte de relações diplomáticas com o regime racista da África do Sul. Vou continuar insistindo no combate ao apartheid. Não sei se o meu eleitorado gostou do resultado. Para isso, teríamos que fazer novas eleições."

Deputado Luís Eduardo (PFL-BA): "Oitenta por cento desse projeto não atendem ao meu eleitorado. A Constituinte manteve o ensino superior gratuito, não deu independência completa ao Banco Central e tabelou os juros em 12% ao ano, o que tira do governo um importante instrumento de política monetária. Além do mais, o projeto é estatizante e restritivo do capital estrangeiro. O que o meu eleitorado deseja é geração de empregos e queda da inflação, e isso a nova Constituição não propicia. Evidentemente, alguns casos aprovados, como a efetivação do funcionário público, atendem ao meu eleitorado, mas não a sociedade como um todo. Eu faria outro projeto."

Senador Albano Franco (PMDB-SE): "Oitenta por cento desse projeto é bom para os industriais. Mas eu mudaria muita coisa, como o artigo discriminatório que dá preferência à empresa brasileira para a venda de bens e serviços para o governo. Não fiquei satisfeito também com as greves e com a limitação em seis horas do turno ininterrupto de trabalho. Mas gosto do tratamento diferenciado que a Constituição dá para o Nordeste e estou satisfeito porque o Congresso reassumiu suas prerrogativas. O Congresso terá que ser ouvido agora quando o governo quiser criar uma empresa estatal. A maior falha dessa Constituição é o excesso de detalhismo."

Deputado José Genofino (PT-SP): "O grande tipo de vitória que tive foi o fim de qualquer forma de censura. A minha derrota foi a manutenção do papel das Forças Armadas, que continuam com tutela sobre a sociedade brasileira. Essa nova Constituição atendeu parcialmente ao interesse dos que me elegeram, principalmente na questão dos direitos sociais e dos direitos e garantias individuais. Nos demais pontos, não. Agora, vamos começar a trabalhar na preparação de uma série de emendas constitucionais para tentar a implantação de uma reforma agrária real, reduzir as funções das Forças Armadas e acabar com essa igualdade estabelecida entre o direito à vida e o direito à propriedade."

Deputado Florestan Fernandes (PT-SP): "A minha maior vitória foi no texto referente à educação e a concessão de gratificação natalina aos ideólogos. Consegui também que os estados recebessem recursos para a manutenção de centros de pesquisas, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e o texto aprovado sobre ciência e tecnologia. A nossa derrota foi a concessão de verbas públicas às escolas privadas. Agora, vamos tratar na preparação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação."

Deputado Gabriel Guerreiro (PMDB-PA): "Eu fiquei bem com meu eleitorado, tentei em vão melhorar a situação de minha categoria profissional e sei que atraí o ódio eterno das multinacionais de mineração. Ao votar para que o Funrural tivesse as mesmas prerrogativas do INPS e para que o sistema de saúde fosse unificado, creio ter garantido uma melhoria para o nível de vida do caboclo da Amazônia, que me fez constituinte. Já para os meus colegas geólogos, não tive sucesso ao defender a obrigatoriedade da União promover o levantamento geológico do país. Porém, tive êxito na proposta da nacionalização da pesquisa e da lava: um grande sonho dos nacionalistas."

Deputado José Serra (PSDB-SP): "Esta Constituição prima por dois aspectos: ela assegura os meios para o funcionamento democrático da sociedade e torna transparente o gasto público, de forma a impedir o governo de gastar irresponsavelmente. Agora, temos a lamentar certo caráter corporativista que permeia boa parte do texto e que não corresponde aos anseios da sociedade como um todo. Procurei na Constituinte fazer um trabalho sério, voltado para os compromissos que assumi perante os meus 60 mil eleitores. Creio ter agido corretamente, mesmo porque nunca encontrei uma palavra de desacordo entre meus eleitores."